

# Antropología Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção

Autor:

Lima Bonetti, Alinne de.

Revista:

Cuadernos de antropología social

2012, N°36, pp. 51-67



Artículo



## Antropologia Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção

Alinne de Lima Bonetti\*

### RESUMO

Campo ainda instável na tradição antropológica brasileira, a ausência do adjetivo feminista é notável frente à existência de muitas antropólogas (e cada vez mais antropólogos) que se identificam como feministas. Assoma-se a isso, um considerável campo de produção em expansão identificado como Antropologia Feminista, em continuidade a uma larga trajetória deste pensamento crítico em diálogo com outras áreas disciplinares. A partir da experiência profissional como antropóloga atuando em assessorias técnicas de projetos governamentais e não governamentais, pesquisas e docência na área dos estudos de gênero, de mulheres e feminismos no Brasil, nesta comunicação pretendo refletir sobre as condições de possibilidade da estabilização desse campo disciplinar atualmente no Brasil.

**Palavras-chave:** Antropologia; Feminismo; Gênero; Poder; Brasil

---

\* Antropóloga, doutora em Ciências Sociais y profesora adjunta da Universidade Federal da Bahia. Correo electrónico: alinne.bonetti@gmail.com. Artículo elaborado especialmente para Cuadernos de Antropología Social a partir de la exposición de la autora en la Mesa Redonda 3 “La antropología feminista hoy: Desafíos teóricos y políticos en un mundo globalizado”, X Congreso Argentino de Antropología Social, 29 noviembre – 2 diciembre de 2011, Buenos Aires.

ANTROPOLOGÍA FEMINISTA EN BRASIL? REFLEXIONES Y DESAFÍOS PARA UN CAMPO EN CONSTRUCCIÓN

RESUMEN

Campo todavía inestable en la tradición antropológica brasileña, la ausencia del adjetivo feminista es notable ante la existencia de antropólogas (y cada vez más antropólogos) que se identifican como feministas. Se añade a esto una considerable expansión de la producción en el campo identificado como antropología feminista en la continuación de una larga historia del pensamiento crítico feminista en el diálogo con otras disciplinas. A partir de la experiencia como antropóloga que trabajó en proyectos de asesoría técnica en organizaciones gubernamentales y no gubernamentales, de investigación y docencia en el área de estudios de género, las mujeres y el feminismo en Brasil, en este artículo me propongo reflexionar acerca de las condiciones de posibilidad actuales de estabilización de este campo disciplinar en Brasil.

**Palabras clave:** Antropología; Feminismo; Género; Poder; Brasil

FEMINIST ANTHROPOLOGY IN BRAZIL? REFLECTIONS AND CHALLENGES FOR A FIELD UNDER CONSTRUCTION

ABSTRACT

A field still unstable in the Brazilian anthropological tradition, the absence of the adjective 'feminist' is notable in face of the existence of many women anthropologists (and, increasingly, male anthropologists as well) who identify themselves as feminists. Add to this the considerable field of production in expansion identified with Feminist Anthropology, giving continuity to a long trajectory of this critical thinking in dialogue with other disciplinary areas. Based on my professional experiences as an anthropologist acting as consultant to governmental and non-governmental projects, as well as in doing research and teaching in the area of gender, women, and feminist studies in Brazil, I propose, in this communication, to reflect about the possibilities of stabilization of this disciplinary field in contemporary Brazil.

**Keywords:** Anthropology; Feminism; Gender; Power; Brazil

## INTRODUÇÃO: A ANTROPOLOGIA PODE SER FEMINISTA?

Desde que tenho investido mais sistematicamente na compreensão e na produção de uma antropologia feminista no Brasil,<sup>1</sup> tenho enfrentado algumas resistências e questionamentos que têm me levado à reflexão. Dentre as provocações mais recorrentes, encontra-se a seguinte assertiva: “a antropologia não pode ser feminista, a antropóloga sim!”. Do ponto de vista de minhas interlocutoras antropólogas e feministas, adjetivar a antropologia significaria incorrer nos riscos de essencialização: em épocas de intenso desenvolvimento das teorias de gênero, por que limitar a antropologia às mulheres? Há, aqui, duas questões importantes dignas de menção: 1) o sentido estrito atribuído ao adjetivo feminista e, mais implicitamente, 2) a reação ao lugar a que o feminismo tem sido historicamente relegado na academia brasileira.

A associação direta entre feminismo e mulheres não é banal. Tributária do grande investimento político feminista na “mulher” como seu sujeito de representação, tal categoria se constitui atualmente como o grande patrimônio histórico e político feminista, dotando de sentido o feminismo enquanto movimento político (Vianna e Corrêa, 2006). Em vista disto, enfrenta-se uma grande resistência, por um lado, em se abrir mão desta associação em função do seu acúmulo histórico e, de outro, em utilizá-la –como no caso da antropologia feminista– por supostamente ser restritiva.

Embora o adjetivo feminista, no nosso imaginário, leve a uma associação imediata ao empírico-fenomenológico, isto é, a feminismo associado à categoria empírico-descritiva mulher e à noção de luta política das mulheres, a antropologia feminista contemporânea tal como a entendo enfrenta o grande desafio de se constituir prescindindo das mulheres, enquanto categoria sociologia e empírica, como seu objeto (Ono, 2003).

Historicamente, a teoria feminista de forma geral, e a antropologia feminista em específico, tem ocupado um lugar liminar e intelectualmente inferiorizado dentro do campo acadêmico brasileiro, por tratar de temas considerados menores segundo critérios definidos num campo de relações de força e de legitimidade constitutivos do campo intelectual (Heilborn, 1992). Tal liminaridade, segundo Maria Filomena Gregori (1999), é originária de uma dupla resistência de que eram, e ainda são, alvos as pesquisadoras feministas. Por um lado, essa resistência vem do próprio movimento

feminista que vê com desconfiança a produção acadêmica e, por outro, da própria comunidade acadêmica,

cujas concepções mais objetivistas do conhecimento sempre afirmaram o risco de que a identificação com o objeto nos transformasse em ‘pesquisadoras pela metade’, e que o papel do intelectual estaria reduzido a instrumentalizar transformações sociais e, quando muito, a organizar ou divulgar teorias nativas (Gregori, 1999: 228).

Frente a este quadro, como lembram Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, identifica-se a “pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento na academia” (Heilborn e Sorj, 1999), não incorporando a contribuição da radicalidade crítica da teoria feminista para o enfrentamento do campo intelectual, como se deu, por exemplo, nos Estados Unidos.

Nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) não há registro de Grupos de Trabalho, Mesas ou Conferências que se dediquem à discussão sobre a Antropologia Feminista. Antes, verifica-se a reflexão organizada em torno de temas relativos a gênero e sexualidade, que tem crescentemente se tornado relevantes no campo de produção de conhecimento antropológico. As poucas tentativas de organização de atividades em torno da Antropologia Feminista não têm sido bem sucedidas, como por exemplo, o GT sobre o tema proposto na XXVI Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em 2008, que teve baixíssima adesão e também a Rede Brasileira de Antropologia Feminista (RBAF), que passou a ter existência virtual na rede mundial de computadores, em 2006 no âmbito do Seminário Internacional Fazendo Gênero VII.

A RBAF iniciou com grande entusiasmo e adesão: no seu ato de criação contabilizavam-se em torno de 80 pessoas. No que diz respeito ao número de associadas/os, a RBAF teve seu apogeu entre os anos de 2008 e 2009, quando chegou a contar com em torno de 300 associadas. Atualmente este número caiu para 197 associados/as; destas, 150 são identificáveis como mulheres, 35 como homens e 12 sem identificação de identidade de gênero. Pelo rápido levantamento que fiz nos perfis das associadas, percebe-se que a grande maioria das associadas com informações disponíveis interessam-se pelos temas de gênero, sexualidade, feminismo. Não há, em seus currículos, nenhuma referência à antropologia feminista, com raríssimas exceções.

Frente a este quadro é que se coloca a reflexão sobre a viabilidade da existência da Antropologia Feminista no Brasil. Ao longo deste artigo argumentarei sobre as possibilidades deste campo, que – ao meu ver, ainda está em

processo de constituição e de estabilização. Para tanto, partirei de dados empíricos oriundos da minha trajetória como antropóloga feminista trabalhando em diferentes espaços: ONG, Estado e Universidade.

Devo alertar-las/os para o tom um tanto impressionista desta reflexão. Falarei a partir da minha experiência, tendo a consciência de que, como nos ensina Joan Scott (1999),

não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (Scott, 1999:27).

Assim, antes de considerar essa experiência contingente como paradigmática, ela serve-me aqui tão somente como recurso heurístico para se pensar de forma mais concreta esta relação aparentemente tão tensa entre a Antropologia e o Feminismo no contexto brasileiro. Antes de continuar, contudo, é preciso situar o que se entende por Antropologia Feminista aqui, já que não há uma definição consensual, bem como explicitar como a antropologia pode ser apropriada como uma ferramenta de trabalho para além da academia.

## DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA COMO FERRAMENTA DE TRABALHO

Ao abrir mão da mulher, qual seria o objeto da Antropologia Feminista? Seu objeto seria alteridades complexas, oriundas da articulação (Brah, 2006), de distintos feixes de marcadores sociais, sendo o gênero uma importante referência (Moore, 1988), empenhados na produção de sistemas/estruturas sociais de desigualdades. Tais marcadores não são conhecidos de antemão; antes, emergentes dos dados etnográficos em análise. A etnografia assume um papel crucial, a partir da ênfase nos processos sociais e na produção de significados em ação a partir da combinação entre situação, contexto e sentido (Atkinson, 1982). Torna-se, assim, a marca distintiva da Antropologia Feminista no campo da teoria feminista. Ela é também alvo de intensas reflexões, no que diz respeito às relações de poder em campo.

A centralidade da preocupação sobre o poder, que caracteriza a antropologia feminista, revela o engajamento político que marca a sua produção. Aparece, assim, no

questionamento e na busca pela compreensão de como se configuram as relações de poder e em como a idéia de diferença, tão cara à Antropologia em geral e à Antropologia Feminista em especial, se complexifica e aparece na constituição de desigualdades. O intuito parece ser o de, de posse deste mapa cultural das relações de poder, contribuir para a sua re-configuração (Bonetti, 2006: 30).

Assim, a Antropologia Feminista busca iluminar como a agência humana, as convenções e práticas de gênero, as relações sociais empenhadas em sistemas de distribuição desigual de prestígios e privilégios (Ortner e Whitehead, 1985; Rosaldo, 1995 e Ortner, 1996) se originam, em que formação social estão situadas e quais suas condições de possibilidade.

Por meio desses elementos cheguei à compreensão do campo político feminista como um sistema de distribuição desigual de prestígio e privilégios (a partir da proposta de Ortner e Whitehead) que funciona a partir do capital de articulação política e da combinação contextual de diferentes marcadores sociais tais como classe, sexo, gênero, raça, sexualidade, geração, regionalidade. Além disso, articula sentidos particulares de gênero.

É deste conjunto de elementos, então, que a Antropologia Feminista nos fornece o nosso instrumento de trabalho: olhar/escuta antropológicos, forjados a partir da experiência de descentramento radical que o exercício da alteridade proporciona e da sensibilidade etnográfica relativa às estruturas de poder. Assim, a antropologia se constitui como ferramenta para lidar com alteridades complexas e estruturas de poder. Vejamos a sua utilização em três diferentes contextos.

## DA ANTROPOLOGIA GRILO FALANTE:<sup>2</sup> ONG E ANTROPOLOGIA FEMINISTAS

O primeiro contexto trata-se de uma ONG feminista. Ao longo de dois anos (2000 ao início de 2003) assessorei o projeto de Formação de Promotoras Legais Populares, de capacitação legal voltado a mulheres das camadas populares de baixa renda de Porto Alegre/RS da ONG feminista Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, a partir de um convite para compor a equipe da ONG após minha pesquisa etnográfica para o mestrado junto ao grupo. Acompanhei o mesmo grupo que pesquisara a partir de outra perspectiva, o que se revelou uma experiência profissional rica e desafiadora.

Fora contratada como uma técnica, detentora de um determinado saber, a fim de assessorar as atividades da ONG. Ou seja, eu não estava naquele espaço

como militante feminista. Esse novo lugar para a antropologia, fora da academia, fez-me tomar outros parâmetros para a minha crítica sócio-antropológica de pesquisadora distanciada de antes, complexificando o meu olhar sobre aquela experiência e sobre a própria prática antropológica (Bonetti, 2004/2005), contribuindo para a constituição de outra referência profissional para a antropologia que não somente a de pesquisadora e docente.

Munida das minhas ferramentas de trabalho, os conceitos básicos que fundam o fazer antropológico como a alteridade, a intersubjetividade e a relativização, fui experimentando uma outra forma de fazer Antropologia. A minha intervenção se daria na tentativa de sensibilização do grupo técnico para um olhar reflexivo e relativizador sobre o seu próprio projeto, que guardava as características de trabalhar com a relação entre o mundo dos direitos e universo de valores das camadas populares. Minha atuação como parte da equipe se caracterizou pela problematização das ações. Foi pela marca da introdução constante de uma interrogação ancorada no exercício da alteridade e da reflexão sobre as estruturas de desigualdades que fui apelidada de Grilo Falante, aludindo ao personagem da novela *As aventuras de Pinóquio* que provocava um incômodo por meio das suas constantes interrogações.

#### A ANTROPOLOGIA FEMINISTA NO ESTADO: ENTRE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AS MULHERES

O segundo contexto trata-se da inserção no Estado brasileiro, em duas diferentes experiências de execução e avaliação de políticas públicas. Neste contexto, as duas diferentes situações, possibilitaram-me, novamente, novas perspectivas sobre o campo político feminista e novas experiências de des-centramento, o que trouxe outros elementos para a construção do lugar da antropologia feminista extra-muros acadêmicos.

A primeira delas se trata da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – Presidência da República (SPM/PR), em que atuei de junho de 2007 a maio de 2008 junto à Subsecretaria de Enfrentamento da Violência.<sup>3</sup> Ali trabalhei em diferentes frentes, que podem ser sintetizadas na análise, avaliação, proposição e gestão de políticas públicas para mulheres.

Nos desafios cotidianos desta experiência, percebi que a postura reflexiva e interrogativa não era suficiente, posto as demandas serem maiores: as perguntas exigiam ensaios de respostas.



Contudo, neste espaço denso de poder, fortemente marcado por hierarquias e estruturas de privilégios e prestígios que intersectavam campo político feminista, estrutura administrativa federal e campo político partidário, a presença de profissionais oriundas da academia sem vínculo partidário era tratada com grande ambivalência. Ora a expertise acadêmica era requisitada para contribuir no aprimoramento do desenho de políticas públicas, como a sistematização da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres,<sup>4</sup> ora era caracterizada como ingenuamente política e excessivamente teórica e intelectual, portanto estrangeira ao mundo da política, como nas situações de intenso debate interministerial sobre o Projeto Mulheres da Paz<sup>5</sup> e o debate intraministerial acerca da inclusão de ações específicas para o segmento das profissionais do sexo e das mulheres transexuais no escopo da Política Nacional de Enfrentamento à Violência.<sup>6</sup>

A experiência na SPM foi de grande aprendizado e desafios no sentido de conjugação da minha formação antropológica feminista, do conhecimento acumulado nas áreas de feminismo e gênero e do aprendizado de uma lógica estrangeira ao meu universo como se revelou ser a administração pública federal, bem como a gestão e a concepção de políticas públicas. O cotidiano desse trabalho, as vivências e as observações entre os mais diferentes agentes do universo da administração pública com os quais tive contato (seja na esfera federal, estadual ou municipal) inspiraram-me a novos interesses de pesquisa, voltados para a produção de conhecimento sobre a constituição da esfera pública estatal, da República e sobre a consolidação da democracia no Brasil que pretendo desenvolver.

Em contraste com esta experiência no poder executivo, resgato outra de atuação no Estado, agora como pesquisadora recém-doutora do Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).<sup>7</sup> O objetivo deste programa é o de qualificar a atuação do IPEA ao incorporar pesquisadores com expertises em áreas novas –como a de gênero–, passadas a serem consideradas como estratégicas e também contribuir para a ampliação da experiência dos pesquisadores bolsistas nas áreas tradicionais de pesquisa do Instituto.

Ali engajei-me nos projetos de pesquisa da Coordenação de Igualdade de Gênero, da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do IPEA, sendo o principal deles o acompanhamento e análise das políticas sociais na área de gênero, tendo

como principal interlocutora a SPM/PR. Envolvi-me em diferentes estudos e pesquisas realizados com o intuito de consolidar a incorporação do tema igualdade de gênero nas análises tradicionais feitas pelo Instituto.<sup>8</sup>

Os desafios vivenciados nessa experiência de trabalho valem a pena serem mencionados. Neste, diferentemente dos outros espaços em eu atuei profissionalmente, os temas como direitos das mulheres, feminismo e violência contra as mulheres, por exemplo, não são consensuais e de fácil adesão de todos. Frente a essa peculiaridade do meu universo de interlocução, majoritariamente masculino e masculinista, era desafiada diariamente a afinar a escuta e refinar os argumentos de forma a me tornar cada vez mais inteligível para meus interlocutores e, com isso, construir consensos sobre a relevância do tema e angariar adesões à incorporação do recorte de gênero às pesquisas ali empreendidas. Frente à intensa participação e produção da nossa pequena equipe (formada por três pesquisadoras), um espirituoso colega brincava dizendo que estava em curso um silencioso *projeto bolivariano feminista xiita* no IPEA.

Acredito que as experiências de fazer antropologia feminista “extra-muros” da universidade, a partir do seu uso como uma ferramenta técnica de trabalho da qual lancei mão tanto na ONG Themis, quanto na SPM/PR e no IPEA, ao mesmo tempo em que contribuíram para o desenvolvimento da própria antropologia feminista, também possibilitaram complexificar a compreensão sobre o campo político feminista como uma estrutura de produção desigual de prestígios e privilégios, a partir destas distintas perspectivas. Deste acúmulo, retornei à Universidade para uma experiência de ensino nova e em construção, como docente da área de teorias feministas do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da UFBA.

#### ANTROPOLOGIA FEMINISTA E O FEMINISMO ACADÊMICO: O BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE/UFBA

O terceiro contexto de reflexão sobre a antropologia feminista encerra-se na experiência de docência no curso de graduação Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BGD). Criado em 2008, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir da trajetória de feminismo acadêmico que marca os quase trinta anos de história do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, o NEIM/UFBA,<sup>9</sup> no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Ao meu ver, trata-se de um importante indício da relação sociedade civil e Estado, traduzido em política pública educacional. O projeto deste Bacharelado traz consigo um grande potencial para a transformação do próprio Estado no que diz respeito às questões de Gênero e Diversidades a partir do marco político e teórico feminista. A sua criação, contudo, trouxe consigo novas demandas e muitos desafios.

O primeiro deles foi a negociação sobre em qual unidade de ensino se situaria um curso de natureza interdisciplinar, fundamentado na teoria feminista. Após intensas negociações, o Departamento de Ciência Política foi a “barriga de aluguel” para o curso, como costumam brincar minhas colegas, contudo permanecendo temporariamente até a estruturação do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, com vistas à criação do Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Trata-se de um curso noturno numa universidade que não tem estrutura nem tradição de cursos à noite, o que impõe uma série de obstáculos burocráticos e estruturais: acesso à secretaria, à biblioteca, questões de segurança, funcionários. Somos um corpo docente pequeno, interdisciplinar, com diferentes perspectivas teóricas no feminismo. Ao todo contabilizamos sete professoras: um antropóloga, duas sociólogas, uma historiadora, uma cientista política e uma licenciada em Letras. Contamos com mais quatro vagas para a realização de concursos, que ainda esperam liberação do Ministério da Educação.

Com uma carga horária total de 2920 hs, com duração mínima de 07 semestres/ máxima de 14 semestres, o curso objetiva formar profissionais habilitados para a formulação, o planejamento, a avaliação e a execução de políticas públicas, a partir da perspectiva de gênero e diversidade; bem como para a realização de pesquisas e estudos, e para a administração e assessoria de projetos sociais. Para tanto, estes bacharéis poderão ser absorvidos em ministérios, secretarias e outras instituições públicas; organizações não governamentais, instituições filantrópicas e Fundações; instituições públicas e privadas de pesquisa. A ideia principal é a retroalimentação do Estado, para o fomento de políticas públicas eficazes e que façam sentido às populações-alvo. Minha rápida passagem pelo universo da administração pública federal me chamou muito a atenção para a necessidade urgente de gestora/es qualificados para tanto.<sup>10</sup> Necessita-se, sobretudo, de formações consistentes, mais profundas que, acredito, uma graduação possa oferecer.

O mercado de trabalho tem sido uma das fontes de maior preocupação do corpo discente, acostumado com as formações tradicionais que tem correspondência ao mercado de trabalho convencional. “Vamos ser generólogas?”, “Outro dia me disseram que vou ser especialista em sexo?!”, “Onde vamos trabalhar? Para que serve mesmo nosso curso?” Essas são perguntas frequentes que as alunas nos trazem, as quais tentamos responder com exemplos do campo mais amplo e das possibilidades inovadoras que a formação em gênero e diversidade traz. Há aqui o convite ao exercício da imaginação feminista transformadora e muito trabalho político do grupo de docentes – mais uma vertente da militância acadêmica feminista.

O corpo discente é muito heterogêneo. Contamos, atualmente, com 82 alunas/os ativa/os, sendo 61 mulheres e 21 homens. Na sua maioria são negras, acima de 30 anos, oriundas das camadas urbanas de baixa renda, moradoras da periferia e região metropolitana de Salvador. Muitas são ativistas de movimentos sociais (de mulheres, LGBT, negro), sindicatos e partidos; são alunas-trabalhadoras, ocupando os mais diferentes postos de trabalho: desde serviços gerais, faxina, telemarketing, balconista, garçonete, bancárias, autônomas, carteiro, etc. Há pessoas que estão cursando pela primeira vez o ensino superior o que, na maior parte das histórias, deve-se à exclusão do acesso à educação formal. Há, também, aquelas que buscam uma segunda graduação, seja pela área temática, seja por ser num curso em uma Universidade Federal.

Temos aí, mais desafios que esse curso experimental tem nos colocado. De um lado, coloca-nos o desafio da construção de uma experiência sem modelos a serem seguidos, partindo do zero. Além disso, nos provoca ao aprendizado da política acadêmica, com as suas exigências burocráticas e políticas (seja com as instâncias administrativas, seja com os diferentes colegas, seja no próprio departamento). Coloca-nos, ainda, a tarefa do fortalecimento do curso dentro da própria universidade, acostumada com um modelo tradicional de graduação, bem como fora da universidade, reafirmando a sua importância, dando-o a conhecer. Destaca-se, sobretudo, a necessidade do enfrentamento das desqualificações ao projeto do BGD e as infundáveis negociações para a consolidação do projeto acadêmico feminista.

De outro lado, enfrentamos os desafios que o corpo discente nos coloca, nos impondo a busca e inovação nas nossas práticas de ensino: além da teoria, há que se ensinar a interpretar textos acadêmicos, a escrita acadêmica, enfim, toda uma nova socialização em função de uma cultura oral muito arraigada.

Além disso, há o suporte e fortalecimento subjetivo e emocional às alunas que, assustadas com o novo mundo que se descortina seja com as exigências teóricas, seja com o próprio ethos acadêmico, tendem a evadir.

São recorrentes os relatos que externalizam as dificuldades com as leituras, com a escrita, o constrangimento em se posicionar, a sensação de inadequação por estar num lugar que não era esperado para si. Resgato dois depoimentos que me emocionaram em particular, de Anete e Olavo, na avaliação das disciplinas que faço ao final de cada semestre.

Anete, aluna da primeira turma –2009– é oriunda do interior do Estado e mora na casa de parentes maternos, no subúrbio de Salvador. É negra, tem 28 anos, trabalhou como atendente de uma grande loja de departamentos para se manter na capital. Queria cursar psicologia e, como não fora aprovada, decidiu fazer “esse curso novo que trabalha com mulheres”, porque julgava ter alguma relação com a psicologia. Venho acompanhando-a há pouco mais de um ano, em diferentes disciplinas. Após uma dificuldade inicial e um trabalho mais direcionado, tem demonstrado um crescimento imenso, expôs na sua avaliação final sobre a da Disciplina Gênero e Sexualidade:

o curso ajudou bastante tanto na vida pessoal como profissional. Estou melhorando a cada dia, a cada nova aula de sexualidade. A minha visão de sexualidade agora é muito diferente da visão que tinha antes, de medo e preconceito. Sei que há diversas formas de viver a sexualidade. A professora mais que possibilita a aprendizagem, é uma injeção de ânimo e auto-estima. Aprendo muito e me faz acreditar que posso, que sei” (Anete, Turma 2009, julho 2011).

Já Olavo, calouro da turma de 2011, foi discente do curso de Introdução à Antropologia do Gênero. É um homem negro, de mais de 30 anos, morador de uma cidade da região metropolitana de Salvador, sindicalista, cheio de atividades políticas e inicialmente resistente às aulas e às leituras, sempre numa relação ambivalente com a Universidade. Quando tínhamos oportunidade de conversar antes do início das aulas, sempre apontava: “ah, pró, esse não é o meu lugar. O meu paradigma é outro...”. Felizmente chegou ao final do semestre, com bom aproveitamento. Na sua avaliação, dizia que achava estar “mudando de paradigma”:

não precisa nem mencionar a satisfação que sinto de ter uma professora como você no meu início à universidade, pois pensei em desistir. Mas me encontrei no curso com a sua espontaneidade e a forma de aplicação de sua Didática que interage com todos e nos deixa com olhar esperançoso e não nos achamos inferiores como pessoas (...). quando fazemos avaliação, posso ver o quanto poderia ter perdido se desistisse. Mais uma vez obrigado! (Olavo, Turma 2011, julho de 2011).

Para além dos afetos e elogios que esses depoimentos me direcionam, o que me acalenta e incentiva, eles particularmente emocionam por vocalizarem a experiência dessas pessoas, historicamente alijadas do acesso à educação superior, no processo de se arrogar a ter o direito de estar na Universidade. Num jogo de alteridades, atribuem ilusoriamente aos meus supostos incentivos a sua própria força de enfrentar aquele hostil mundo novo e, com isso, mudarem seus paradigmas, como me ensinou Olavo.

O engajamento feminista na Universidade em geral, e na antropologia em especial, foi sempre visto de forma negativa, nos colocando numa condição liminar, ora vistas como “pesquisadoras pela metade, ora como feministas pela metade”, como já mencionei acima. Contudo, percebo que a experiência que me forjou no campo feminista e que me levou até o curso interdisciplinar tem um potencial imenso de transformação da própria Universidade e das formas de produção do conhecimento e que creio estar em curso com experiências como estas. Assim, percebo que BGD, embora seja uma experiência muito inicial e ainda em construção, representa um processo, embora lento, de inclusão efetiva, de enraizamento social, de pluralização e de renovação do ideário feminista.

#### À GUIA DE CONCLUSÃO: A ANTROPOLOGIA PODE SER FEMINISTA, SIM

Como tentei demonstrar ao longo do texto com os três diferentes contextos, penso que a Antropologia Feminista, embora ainda enfrente muitas resistências e padeça com a ausência de adesões ao seu projeto epistemológico e político, contribui imenso para o desenvolvimento e fortalecimento seja do campo político feminista de forma mais geral, seja do antropológico em específico.

Há, ainda assim, muitos desafios a serem transpostos pela Antropologia Feminista. Um dos principais desafios parece-me ser a aceitação do caráter político do conhecimento. O adjetivo feminista remete a uma extrema politização e há uma resistência na academia brasileira à assunção de um caráter tão abertamente político. Concordo com Joan Scott (1992), para quem toda produção de conhecimento é política. Para que essa antropologia seja viável há, ainda, que se transpor certa resistência semelhante àquela que talvez esteja nas origens da tímida Antropologia Feminista brasileira, atribuída à situação de liminaridade em que se viam as antropólogas feministas face a uma dupla resistência de que eram alvo, como mencionei acima.

Outro desafio está no risco de se reproduzir o mesmo, ou seja, como a categoria gênero é fortemente consolidada na tradição antropológica brasileira e, lembrando da distinção feita por Henrietta Moore (1988) de que nem todo gênero é feminista, mas todo feminismo usa gênero, há que se cuidar para não deslizar no uso do gênero como constructo simbólico, fenomênico e não levar adiante a profundidade da revolução epistemológica proposta pelos desenvolvimentos recentes da Antropologia feminista ao tomar gênero e poder como intrínsecos à constituição do social. Menciono ainda como um dos maiores desafios para a estabilização do campo da Antropologia feminista no Brasil o próprio sentido do que é comumente entendido por feminismo. Aqui, a tarefa está em se trabalhar para uma resignificação e alargamento do substantivo feminismo e do adjetivo feminista, que se prende muito fortemente ao desafio indicado por Ono, acima citado: superar a ideia de o feminismo ter como objeto as mulheres.

Em vista disto, e num registro mais político, tendo a concordar com a distinção proposta por Moore (1988) entre Antropologia Feminista e Antropologia do Gênero. Sabemos que gênero e feminismo não são termos independentes, mas também que não têm uma relação necessária. Creio que a necessidade de afirmar o 'feminista' da antropologia é uma atitude, em si política, de positivar o engajamento político na produção de conhecimento e emprestar um caráter especificamente crítico à prática antropológica.

## NOTAS

<sup>1</sup> O que pode ser temporalmente marcado como meados dos anos 2000, quando do início do meu doutoramento. Grande parte das reflexões sobre o campo da antropologia feminista encontram-se sistematizadas em Bonetti (2006 e 2007).

<sup>2</sup> Este contexto da experiência prática de Antropologia Feminista encontra-se analisada em Bonetti (2004/2005), retomo, aqui, apenas os elementos centrais que a constituíram. Grilo Falante (Pepito Grillo ou Grilo Parlante) refere-se à personagem de um grilo que acompanhava Pinóquio, o menino de madeira, na novela italiana *As aventuras de Pinóquio*, de Carlo Collodi, de 1883: "A personagem do grilo é uma espécie de "consciência portátil" de Pinóquio, aquele que o chama à razão. O grilo é, sobretudo, aquele que questiona, que pondera e problematiza. Ele representa, de certa forma, um incômodo" (Bonetti, 2004/2005:175-176).

<sup>3</sup> A estrutura da Secretaria Especial, com status de Ministério, criada em 2003, contava então com três subsecretarias ligadas ao Gabinete da Ministra: Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, de Planejamento e de Articulação Institucional.

<sup>4</sup> Agenda social do governo Lula voltada para as mulheres, envolveu diferentes ações.

<sup>5</sup> Este projeto é parte do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça. O público-alvo do Programa são homens jovens, que figuram nas mais altas taxas de homicídios. O Projeto Mulheres da Paz, originariamente denominado Mães da Paz, foi concebido com o intuito de que mulheres, lideranças comunitárias, após um curso de capacitação legal e de mediação de conflitos atuassem junto aos homens jovens dos seus bairros, encaminhando-os aos outros projetos do Pronasci. Para esta atuação, receberiam uma bolsa, durante um ano, no valor de R\$190,00. O projeto foi extremamente polêmico e mobilizou o movimento feminista brasileiro. No entanto, o projeto se manteve e atualmente conta com várias agentes da paz nos territórios conflagrados do país.

<sup>6</sup> A única atividade oriunda desta atuação foi a organização do Workshop sobre Prostituição e Políticas Públicas. Tal atividade contou com a participação de diferentes ministérios e representantes do movimento feminista e do movimento de profissionais do sexo. O objetivo era o de se pensar conjuntamente políticas públicas para essa população feminina para além daquelas já conhecidas na área da saúde e que interviesse justamente na garantia dos seus direitos. Deste evento saiu a resolução da realização de um seminário nacional, que não foi realizado.

<sup>7</sup> Segundo o sítio do IPEA, o Instituto “é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros” ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)).

<sup>8</sup> Dentre outras, destacam-se análises a partir de Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar –PNAD– (Bonetti e Fontoura, 2009; Pinheiro et al, 2008); a análise sobre os programas e pactos criados pelo Estado brasileiro para enfrentamento da pobreza ( Bonetti, Fontoura e Marins, 2009) e análises conjunturais sobre as políticas voltadas para as mulheres (Bonetti, Fontoura e Marins, 2008).

<sup>9</sup> Em 2005 foi criado o Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo –PPGNEIM. Para maiores informações: <http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/>

<sup>10</sup> Constatação que tem inclusive ocupado as escolas de governo, como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que promoveu uma importante reflexão sobre o tema das diversidades no serviço público federal em 2009.



## BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON, Janet M. 1982. "Anthropology – review essay". *Signs - Journal of women in culture and society*, Vol. 8 (2): 236-58.
- BONETTI, Alinne de Lima. 2007. "*Não basta ser mulher, tem que ter coragem*": uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista do Recife – PE. Tese Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp. Campinas.
- BONETTI, Alinne L.; FONTOURA, Natália O. 2009. "Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família na PNAD 2007". En: J. A. de CASTRO y J. A. C. RIBEIRO (orgs.). *Situação social brasileira: 2007*. Brasília: Ipea.
- BONETTI, Alinne L.; FONTOURA, Natália O.; MARINS, Elizabeth. 2009a. "Situação Atual e Perspectivas do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher". En: IPEA. *Estado de uma Nação*. Brasília: IPEA.
- BONETTI, Alinne L.; FONTOURA, Natália O.; MARINS, Elizabeth. 2009b. "Sujeito de Direitos? Cidadania feminina nos vinte anos do Constituição Cidadã". *Políticas Sociais: Acompanhamento e análise*. Vol. 3 (17). Brasília: IPEA. pp. 104-129.
- BONETTI, Alinne. 2004/2005. "A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional". *Humanas*, Nro. 26/27: 159-178.
- BRAH, Avtar. 2006. "Diferença, diversidade, diferenciação". *Cadernos Pagu*. Nro. 26: 329-376.
- CORRÊA, Sônia y VIANNA, Adriana. 2006. *Teoria e práxis em gênero e sexualidade: Trajetos, ganhos, perdas, limites... pontos cegos*. Comunicação apresentada no VI Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis.
- GREGORI, Maria Filomena. 1999. "Estudos de gênero no Brasil. (Comentário crítico)". En S. MICELI (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) - Sociologia*. São Paulo: Sumaré/Capes/Anpocs. pp. 223-235.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. 1999. "Estudos de gênero no Brasil". En: S. MICELI (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): sociologia*. São Paulo: Sumaré/Capes/Anpocs. pp. 183-223.
- HEILBORN, Maria Luiza. 1992. "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil". En: A. COSTA y C. BRUSCHINI (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro; São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas.
- MOORE, Henrietta. 1998. *Feminism and Anthropology*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ONO, Sarah. 2003. "Feminisms without women: experimentation and expansion in feminist anthropology". En: S. ONO y J. COMITO. *Who's afraid of Margery Wolf? tributes and perspectives on anthropology, feminism and writing ethnography - an anthology by students of Margery Wolf*. Working Paper Nro. 277. Lansing: Michigan State University. pp 1-8..

- ORTNER, Sherry B. 1996. *Making gender: The politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press.
- ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. 1981. *Sexual meanings - The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PINHEIRO, Luana et al. 2008. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça – 3a. Edição*. Brasília: IPEA.
- ROSALDO, Michelle. 1995. “O uso e abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural”. *Horizontes antropológicos*, Nro. 1: 11-36.
- SCOTT, Joan. 1999. “Experiência”. En: A. Leite da Silva; M. Coelho de Souza Lago y T. R. Oliveira Ramos (orgs.). 1999. *Falas de Gênero – Teorias, análises, leituras*. Santa Catarina: Mulheres. pp 21-55.
- SCOTT, Joan. 1992. “História das mulheres”. En: P. Burkner (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP. pp 63-95.